

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 542, DE 2002

Acrescenta dispositivos aos arts. 146 e 150, e altera o inciso III do art. 151 da Constituição Federal.

Autor: Deputado JOSÉ ROBERTO BATOCHIO e outros

Relator: Deputado FERNANDO CORUJA

I - RELATÓRIO

A proposta de emenda à Constituição aqui apreciada, cujo primeiro signatário é o ilustre Deputado José Roberto Batochio, pretende dotar a União de instrumentos legislativos que permitam conseguir, através da oneração e da desoneração dos tributos, efeitos benéficos sobre o meio ambiente.

Para tanto, altera os arts. 146, 150 e 151 da Constituição Federal.

Ao art. 146 acrescenta dispositivo que permite, à lei complementar, estabelecer normas gerais exoneratórias ou oneratórias de tributos, em defesa do meio ambiente.

No art. 150 é incluído dispositivo que desonera de impostos o imóvel, urbano ou rural, cujos recursos naturais exerçam relevante função ambiental, reconhecida pela autoridade competente, atendidos os requisitos da lei.

A alteração do art. 151 tem por objetivo tornar seu inciso III compatível com o disposto no alterado art. 146. Com isso a União poderá

desonerar ou agravar tributos estaduais e municipais, desde que em defesa do meio ambiente.

Em prol de sua proposta argumentam os Autores:

“Os problemas apresentados na implementação de nossa legislação ambiental demonstram a necessidade de caminhar para normas com uma estrutura diferente dessa.

Uma opção já adotada em vários países que passaram pelo mesmo impasse é a inserção da variável ambiental no sistema tributário.”

II - VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão pronunciar-se sobre a admissibilidade da proposta, de acordo com o art. 202, caput, do Regimento Interno desta Casa.

Quanto à iniciativa da apresentação, está ela amparada pelo art. 60, I, da Constituição Federal, pois o número de signatários da proposta ultrapassa o exigido, como faz prova documento anexado pela Secretaria-Geral da Mesa.

Por outro lado, não vivencia o País situação impeditiva da apresentação de emenda, que a Lei Maior indica como sendo a vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

Verifica-se, também, que o conteúdo da proposta não se mostra tendente a abolir a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação de poderes ou os direitos e garantias individuais.

Deve-se acrescentar que a matéria aqui apreciada não foi objeto de proposta rejeitada ou havida por prejudicada nesta sessão legislativa.

A proposta preenche, portanto, os requisitos exigidos para a sua admissibilidade, previsto no art. 60 da Constituição Federal.

Atendendo ao que dispõe o art. 202, § 8º, combinado com o art. 32, III, “a”, ambos do Regimento Interno, esta Comissão deve apreciar, ainda, a técnica legislativa empregada na proposta.

Sob esse aspecto não posso deixar de apontar que a numeração dos dispositivos incluídos, seguidos da letra “A”, não está adequada à técnica legislativa.

Para aperfeiçoar a proposição, estamos apresentando emenda de redação.

À vista do exposto, voto pela admissibilidade da proposta com a emenda da redação anexada.

Sala da Comissão, em de de 2002.

Deputado FERNANDO CORUJA
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 542, DE 2002

Acrescenta dispositivos aos arts. 146 e 150, e altera o inciso III do art. 151 da Constituição Federal.

EMENDA DE REDAÇÃO

Dê-se aos arts. 1º, 2º e 3º a seguinte redação:

Art. 1º O art. 146 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“Art. 146.

.....

IV - estabelecer normas gerais exoneratórias ou oneratórias de tributos, em defesa do meio ambiente.” (NR)

Art. 2º Art. 150, VI, da Constituição Federal passa a vigorar acrescido da seguinte alínea:

“Art. 150.

.....

VI -

.....

e) imóvel, urbano ou rural, cujos recursos naturais exerçam relevante função ambiental, reconhecida pela autoridade ambiental competente, atendidos os requisitos da lei.” (NR)

Art. 3º O art. 151, III, da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 151.

.....

III – instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ressalvado o disposto no art. 146, IV.” (NR)

Sala da Comissão, em de de 2002.

Deputado FERNANDO CORUJA
Relator